

ESPAÇOS, LUGARES, TERRITÓRIOS: MULTIPLICIDADES FACE AO MAPA MENTAL E À DESIGNAÇÃO TOPONÍMICA

SPACE, PLACES, TERRITORIES: MULTIPLICITIES COMPARED TO THE MENTAL MAP TO THE TOPONYMIC DESIGNATION

Kênia Mara de Freitas Siqueira¹ (POSLLI/UEG)

Resumo: O objetivo deste estudo é refletir sobre o que caracteriza um mapa mental, tomado como rizoma que tem como algumas de suas entradas um topônimo. Para tanto, faz-se uma revisão de termos relacionados tais como: espaço, lugar, território, ou seja, termos cujo escopo semântico remete à noção de “lugar” pautado principalmente em Santaella (2007), Tuan (1983), Siqueira (2015), Deleuze; Guattari (2000). Vincula-se também aos pressupostos da linguística ecossistêmica no sentido de delinear as dimensões do mapa mental e das possibilidades de descrevê-lo nos agenciamentos que efetiva não operarem na dicotomia, mas na multiplicidade, posto que a linguagem faz rizoma com a cultura e os topônimos configuram esses rizomas não como decalque, mas como mapas inteiramente voltados para as experiências ancoradas no real.

Palavras-chave: Mapa mental. Rizoma. Lugar. Topônimo.

Abstract: *The objective of this study is to reflect on what characterizes a mental map, taken as rhizome that has as some of its entrances a toponym. In order to do so, it is necessary to revise related terms such as: space, place, territory, that is, terms whose semantic scope refers to the notion of "place" based mainly in Santaella (2007), Tuan (1983), Siqueira 2015), Deleuze; Guattari (2000). It is also linked to the assumptions of ecosystemic linguistics in order to delineate the dimensions of the mental map and the possibilities of describing it in the assemblages that effectively do not operate in the dichotomy, but in the multiplicity, since the language makes rhizome with the culture and the place-names configure these rhizomes not as decals, but as maps that are entirely geared to experiences anchored in the real.*

Keywords: *Mental map. Rhizome. Place. Toponym.*

¹ Professora Doutora em Letras e Linguística. Integrante do corpo docente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: keniamaueg@gmail.com

1. Introdução

Os estudos toponímicos, independentemente do aporte teórico em que se fundamentam, fazem emergir a relação entre nome, espaço, lugar e, em termos ecossistêmicos, também a inter-relação língua, povo e território, ou seja, o lugar tomado em termos políticos, sociais, culturais e ecossistêmicos. Essa tríade é fundamental para se pensar os fatos da linguagem em sua natureza ecológica.

No entanto, em bases onomástico toponímicas, a reflexão se dá mais especificamente entre o nome e um lugar ou, dito de outro modo, que características ou especificidades do lugar nomeado subjazem ao ato de nomeação, à motivação que permeia os topônimos de uma maneira geral. O quê do espaço nomeado mereceu a atenção, o foco do nomeador ao batizá-lo com um nome específico e não outro entre tantas possibilidades que a língua oferece.

Ainda que seja mais comumente usado, o conceito de lugar tem seus correlatos a depender de que proposta de estudo se tem em mente e qual abordagem é mais adequada.

Assim, a Geografia, a Antropologia, a Psicologia, a Filosofia, a Sociologia, entre tantas que se atêm ao conceito de lugar, vêm muitas vezes, associando-o à concepção de espaço, às vezes distinguindo as duas concepções ou simplesmente, tratando os dois conceitos sob a mesma perspectiva. Evidentemente que cada área, a sua maneira, vem delineando tais conceitos e inserindo-os nos arcabouços epistemológicos de que se valem em seus estudos.

O interesse pelo espaço remonta à antiguidade e, como todo conceito, segundo Santaella (2007), tem uma história. Os conceitos surgem, proliferam-se, expandindo teoricamente para alcançar os mais diversos campos do saber, quase sempre inaugurando rotas de pensamento que se declinam sobre esses conceitos a fim de içá-los às noções fulcrais que cada área do conhecimento tende a acolher como termos basilares de sua epistemologia.

Como verbete, “espaço”, do latim *spatium*, comporta a significação: extensão ideal, tridimensional, sem limites ou fronteiras, que contém todas as extensões finitas e todos os corpos ou objetos existentes ou possíveis. No senso comum, “espaço” é visto ou sentido como algo difuso, etéreo, indefinido, mas que pode ser ou não ocupado por seres e objetos.

Para Santaella (2007), o conceito de espaço, considerado na cosmologia e na física gregas, floresceu em uma gama de conceitos vizinhos. No entanto, as palavras mais

antigas ligadas ao conceito de espaço são *makom*² e *topos*, ambas significam ‘lugar’ em hebraico e grego respectivamente.

Essa perspectiva direciona o objetivo deste estudo no sentido de rever as definições dos termos: lugar, espaço, território e mapa mental em suas inter-relações ecossistêmicas, para refletir sobre que aspectos da designação linguística fazem parte da estruturação fundamental dos espaços, lugares, territórios e mapa mental, criando referências, organizando-os como sistemas de sinalização e mapeamentos orientadores do espaço e também lhes dando significação e asseverando-lhe uma função de pano de fundo das ações humanas, principalmente aquelas que fazem o falante interagir com o ambiente no qual se insere.

O estudo consiste de revisão bibliográfica e análise comparativa dos conceitos tomados por diferentes áreas do conhecimento humano, isto é, como os conceitos relativos a lugares são tratados em diferentes construtos teóricos e sua implicação para o estudo dos topônimos que tem *a priori*, no conceito de lugar, um de seus conceitos fundamentais.

Em outras palavras, nome e lugar formam uma díade, cujas dimensões linguoculturais evidenciam tradições locais, modos de vida particulares, aspectos históricos e ambientais, singularidades da população que abarcam quase sempre vínculos afetivos de pertencimento àquele espaço simbolizado pelo nome, que o referencia, habitável por essa referência nuclear da existência humana.

De acordo com Bachelard (1969 *apud* SANTAELLA, 2007, p. 169), “todos os espaços realmente habitáveis trazem a essência da noção de lar”. É possível pensar que a experiência do lugar/espaço adquire qualidades distintamente humanas quando alcança níveis maiores de simbolização, quando são nomeados?

Vale, no entanto, acrescentar que as discussões ensejadas a seguir apresentam caráter incipiente, embrionário, apenas trazem à tona, propostas de aproximação e entrelaçamento de eventuais abordagens desses conceitos.

² A palavra *makom*, que significa 'lugar' aparece no Gênesis, porém com a evolução do pensamento rabínico, ela passou a designar a própria divindade, Deus. Em seus textos, Newton usa essa palavra a fim de explicar como a gravidade atuava à distância, ou melhor, como a gravidade do Sol pode atrair a Terra. É como se entre o Sol e a Terra houvesse um *makom*, que é Deus, que está em todos os lugares", Disponível em: <http://www.criacionismo.com.br/2008/08/esto-redescobrimdo-o-newton-religioso.html>

2 O Conceito de espaço e suas derivações

Em Santaella (2007), encontra-se um capítulo em que há a discussão de uma série de facetas advindas do conceito de espaço. A autora, semioticista, traz esse capítulo com o objetivo de apresentar um panorama acerca do conceito, desde sua origem aos conceitos liquefeitos que permeiam o ciberespaço.

Para Santaella (2007, p. 156), a explosão do universo digital trouxe a emergência de espaços líquidos, rarefeitos, mas uma inegável moeda corrente, principalmente com o advento dos equipamentos móveis tais como celulares, *laptop*, *palmtop*, entre outros, com conexão sem fio. Isso impulsionou também novos comportamentos cujos efeitos psicossociais acionam conceitos de “nomadismo, ubiquidade, bordas e espaços fluidos, território, desterritorialização, rizoma³, lugar e não-lugar.” Todos com traços semânticos que remetem à noção de espaço.

Santaella (2007) traça a trajetória do termo que, tomado por diferentes ciências, recebe inúmeras interpretações vergando-o à abordagem que melhor traduz cada área do conhecimento. Assim, retoma concepções de espaço na matemática, na filosofia, na geometria, na mecânica quântica e o espaço da percepção humana e de suas experiências, nas quais a noção de espaço passa a ter um estatuto psíquico, social e histórico. Nesse âmbito, o conceito de espaço se antropomorfiza ganhando mais noção de lugar.

Para a autora, o espaço da experiência humana se esvai de suas características mais abstratas para ganhar contornos mais concretos e sensoriais, mais específicos de espaços concebidos como lugares. O que vai tornando a diferenciação entre espaço e lugar mais difícil porque, à medida em que as experiências vão se distanciando do nível biológico, pré-cultural, vão acentuando os níveis mais simbólicos em que a experiência do lugar reveste-se de características distintivamente humanas.

Nesses níveis, é possível refletir sobre noções de espaço perceptivo, espaço de existência, espaço urbano, e enfim, o conceito de espaço cognitivo. O espaço perceptivo além de ser percebido, é também vivido. Ao serem percebidos, os espaços adquirem conteúdos ligados às diferentes sensações, às intenções e imaginação do falante.

³ Conceito retomado na seção 3.

Assim, as cores, por exemplo, passam configurar conteúdos impregnados de experiências sensoriais. As sombras, o brilho, a maciez, o calor passa a compor espaços antes desprovidos de imaginação e fantasia.

Em relação ao espaço de existência, pode-se dizer que são aqueles que foram definidos e construídos pela cultura. Carrega as marcas das ações do homem sobre ele. Relph (1976 apud SANTAELLA, 2007, p. 168), vê os espaços de existência divididos em sagrados e geográficos. Enquanto estes, de certa forma resultam da nomeação de lugares e territórios, aqueles, os espaços sagrados, segundo Eliade (2013), são sempre o centro do mundo seja onde estiver.

Não podem assim, ser concebidos geograficamente porque são espaços da subjetividade, das experiências religiosas, permeados por símbolos e repletos de objetos impregnados de significados.

Para Santaella (2007), o espaço geográfico é a contraparte do sagrado e apenas “existe” ou passa existir a partir da nomeação, ou seja, a partir do momento que recebe um nome, o topônimo. Ser batizado, receber um nome faz parte da configuração dos espaços de existência, eles passam a existir pelo nome que os designa. Pelo nome criam-se pontos de referência, criam-se mapas de orientação dos espaços, esses mapas, conforme Couto (2017) constituem o mapa mental do falante.

Já o conceito de espaço cognitivo abrange entre outros aspectos, a identificação do espaço como objeto passível de reflexão, como possibilidade de desenvolvimento de teorias acerca dele e das características que o emolduram. Características estas que permitem estabelecer relações lógicas, falar sobre ele, enfim que possibilitem descrevê-lo nas suas singularidades.

Santaella (2007, p. 171) traz a síntese desses conceitos elaborada por Norberg-Schulz: o espaço orgânico integra o ser humano no seu ambiente natural; o espaço perceptivo define-se por ser essencial para a identidade do falante; o espaço de existência o “faz pertencer a uma totalidade social e cultural”; o espaço cognitivo lhe oferece a capacidade de pensar e refletir sobre o espaço. Já o espaço lógico mune o falante de ferramentas para descrever em termos abstratos todos os outros espaços. Amalgamado ao conceito de espaço, está o de lugar, que pode ser compreendido por uma série pluralidade de concepções a depender da área em que é abordado.

Assim, há lugares geográficos, sociais, históricos, antropológicos e, em Toponímia, é tratado como lugar nomeado, distinto dos espaços anônimos, fazem, pois, parte dos espaços de existência. O próprio termo “toponímia” já traz o étimo “tópos” do grego *τόπος* ‘lugar’ (+ *onoma* ‘nome’).

Para Krieger e Finatto (2004), deve-se ressaltar a funcionalidade do léxico especializado na contemporaneidade, porque as pesquisas em Terminologia possibilitam a transmissão e a transferência do conhecimento tanto no mesmo domínio especializado como entre domínios diversos, propiciando a divulgação da informação e facilitando as relações internacionais. Pesquisas terminológicas permitem que se façam reflexões sobre a língua ao descrever e analisar os processos de denominação e conceituação dos termos que são criados e ressignificados diariamente nas diversas áreas do conhecimento humano.

Convém ainda mencionar aqueles espaços que não contam na geografia física já que não estão localizados em lugar nenhum, mas podem estar em qualquer lugar do mundo. Ao acionar-se um clique, todas as distâncias se reduzem: trata-se do ciberespaço.

Dado o escopo deste estudo, cabe apenas apresentar um abreviado definição de ciberespaço, a mais consensual: Santaella (2007) o define como espaço informacional das conexões de computadores ao redor do mundo. Assim tomado, é um espaço que representa o conceito de rede e que a geografia física não importa.

A relação do ciberespaço com a toponímia e com o mapa mental, ainda espera por estudos a fim de elucidar inúmeras questões acerca da relação topônimo *versus* espaço não físico e também como o mapa, no ciberespaço, ou GPS, configuram, substituem, complementam, ou se amalgamam ao mapa mental.

3 Os lugares

O conceito de lugar caracteriza-se, sob certos aspectos, como fundante para algumas pesquisas toponímicas, já que o “lugar”, por meio de seu nome, faz resgatar tradições, modos de vida com respectivos significados, aspectos históricos, culturais e ainda ambientais.

Para Tuan (1983, p. 151), o significado de lugar se funde ao de espaço, mas a sensação de lugar é profundamente afetada pela sensação de tempo. Enquanto “espaço” é

mais abstrato, a sensação de lugar é mais palpável, mais concreta porque é conhecido e reconhecido, é sentido, estabelece vínculos. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”.

Assim, conforme a abordagem que se pretenda dar, o conceito de lugar pode ser interpretado de diferentes maneiras, em diferentes perspectivas. Staniski; Kundlatsch; Pirehowski (2014), procuram revisar o conceito ao longo do tempo e em diferentes aportes teóricos. Os autores aludem a Aristóteles, que concebia o lugar como o limite do próprio corpo, ideia ampliada por Descartes que via o conceito de forma mais extensa, constituindo além do limite do corpo, também a oposição em relação aos demais corpos.

Segundo Staniski; Kundlatsch; Pirehowski (2014, p. 4), o conceito, na geografia, pode ser entendido sob dois eixos teóricos: o da geografia humanista, considerado “como produto da experiência humana”, e o da geografia radical, nesta, o lugar assume uma compreensão como espaço de singularidade.

Em outra direção, Bauman (2001, p. 126), foca sua análise para a questão do consumo, como a incessante ida aos templos do consumo, que na verdade, são espaços permanentemente “alhures”. O templo de consumo, como o “barco” de Michel Foucault”, “é um pedaço flutuante do espaço, um lugar, que existe por si mesmo, que está fechado em si mesmo e ao mesmo tempo.

É fato que a área que mais profundamente se dedicou à compreensão do conceito foi a geografia. Consensualmente, atribui-se ao geógrafo, o estudo da superfície do globo terrestre. Todavia, devido à imprecisão desse termo (superfície terrestre), os conceitos-chaves são elaborados mais consistentemente com vistas a abarcar o “espaço” por meio da análise de diversos conceitos que a ele se acham imbricados para compreender a realidade em suas variáveis tais como: sociais, ambientais, política e econômica. Nesse conjunto de concepções, sobressaem-se os conceitos de lugar, território, paisagem, rede, espaço temporal entre outros.

Os estudos onomástico-toponímicos tomam como conceito basilar o termo lugar. Lugar impregnado por elos afetivos entre o nomeador e o espaço nomeado, adquire conotações simbólicas, reveste de identidades construídas. Nessa perspectiva, o lugar está ligado ao contexto das ações e aos eventos de nomeação, sejam estes coletivos ou individuais.

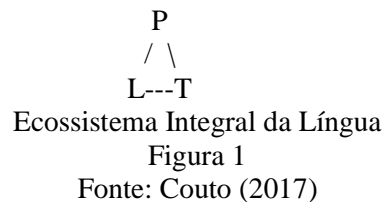
Em outras palavras, o conceito de lugar, tomado pela toponímia, está mais vinculado aos processos subjetivos do denominador do que propriamente, às questões de

ordem mais objetiva, porque à designação dos lugares, subjaz as impressões e sensações que o nomeador teve do lugar.

Conforme Staniski; Kundlatsch; Pirehowski (2014, p. 7), lugar é o local onde são vivenciadas as práticas sociais, as relações interpessoais face a face, é o espaço do cotidiano, do conhecido, do familiar. São esses lugares que compõem o mapa mental das pessoas porque se tornam memória, pois pode ainda ser entendido como a “identidade que as pessoas têm com o local de vivência”, fruto de relações sociais que estabelecem com o meio.

4 O território

Para Corrêa (1995), a Geografia, sendo uma ciência social, procura compreender as ações humanas sobre a superfície da Terra mediante cinco conceitos básicos: espaço, região, território, paisagem e lugar. Destes, numa perspectiva ecossistêmica de análise linguística, o território integra o Ecossistema Integral da Língua (cf. figura 1). Dessa maneira, o território é o conceito que norteia as inter-relações entre os elementos do ecossistema.



Assim, o ecossistema integral da língua é formado pelos elementos, território (T), Língua (L), população ou as pessoas (P) que habitam esse território e compartilham dessa língua. Evidentemente que é pela língua (L) que P nomeia o lugar que o cerca em função de suas necessidades mais imediatas. De modo geral, isso reflete a interinfluência que existe entre a linguagem e a maneira como P relaciona-se com o ambiente.

Para Siqueira (2015), esse raciocínio possibilita considerar que a toponímia constitui importante área do conhecimento humano suficiente para revelar características do ambiente físico e de aspectos da cultura, da sociedade, da história e da geografia dos aglomerados humanos inclusive estabelecendo vínculos teórico metodológicos com as áreas já mencionadas. Entre os elementos, ocorrem relações que, em alguma medida, vão afetar as escolhas toponímicas.

Entretanto, como se trata de estudos focados na nomeação dos lugares/territórios, há a necessidade de ressaltar que T não “existe” sem um nome, ou seja, T só existe pelo batismo, pelo ato de designação, ou ainda, só existe como tal pelo topônimo que o designa. Vale lembrar que um topônimo é o termo que nomeia um lugar.

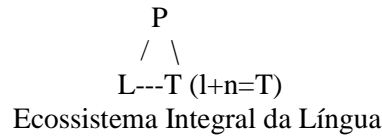


Figura 2

Fonte: Adaptada de Couto (2016)

A figura 2 apresenta a inserção da díade lugar + nome (l + n) constituinte de T. Cabe ressaltar entretanto, que o ato de nomeação dos lugares (elementos⁴ naturais e elementos culturais), diferentemente de outros objetos do mundo, tem como base fatos históricos, sociais, culturais e ambientais ou ainda se finca em motivações cuja face cognitiva reflete-se em descrições metafóricas ou metonímicas para escolha do nome do lugar a ser designado a partir da inter-relação L, T e P. L surge da relação de P com T, em outras palavras, a visão de mundo de P, reflete-se na língua, mas advém do próprio mundo.

Segundo Zourabichvili (2004, p. 23), o conceito de território implica o espaço, todavia não consiste na delimitação objetiva de um lugar geográfico.

O valor do território é existencial: ele circunscreve, para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos. O investimento íntimo do espaço e do tempo implica essa delimitação, inseparavelmente material (consistência de um "agenciamento"⁵) [...] e afetiva (fronteiras problemáticas de minha "potência"). O traçado territorial distribui um fora e um dentro, ora passivamente percebido como o contorno intocável da experiência (pontos de angústia, de vergonha, de inibição), ora perseguido ativamente como sua linha de fuga, portanto como zona de experiência.

Há de se considerar, conforme Siqueira (2015), que as percepções de P sobre T passam por acomodações filtradas por um conjunto de significações, de práticas sociais e também por fatores afetivos resguardados na memória individual ou coletiva que subjazem à nomeação configurando-a (a nomeação dos lugares) como uma ação linguística motivada.

⁴ Dick (1990) usa os termos: acidentes físico naturais e acidentes antropoculturais.

⁵ Grifos do autor.

Em outras palavras, o signo linguístico em função toponímica caracteriza-se pelo seu caráter motivado. Preserva, em seu étimo, de alguma maneira, possibilidades de se recuperar os fatos que resultaram na escolha de um nome específico e não outro, entre tantos que a língua e seus mecanismos de criação lexical oferece para se referir a um determinado lugar. Nesse sentido, revela o estreito vínculo do falante com o território, que se caracteriza como seu lugar, físico ou cultural, no mundo.

Nesse sentido, vale ressaltar que os estudos toponímicos, segundo Siqueira (2011, p. 191), “podem ser enfocados por um viés terminológico, pois um topônimo é também um termo de uma área específica da atividade humana, isto é, da atividade de nomeação”, é assim, um fazer terminológico.

5 O mapa mental

De acordo com Harley e Woodward (1987), o mapa é uma das maneiras mais antigas de representação do espaço físico. O mapa facilita a compreensão espacial das coisas, dos conceitos, de processos e também de eventos no mundo humano. São anteriores à utilização da escrita e do sistema numérico. Durante séculos, vem sendo amplamente usados tanto para representar o conhecimento de territórios físico geográficos como também de áreas conceituais. Eles trazem imagens de como o mundo pode ser explicado e compreendido. É uma linguagem que possibilita a projeção dos espaços na mente.

No entanto, para Petchenik (1995), a despeito dos inúmeros avanços das ciências, ainda não existe uma teoria ampla e completa para a leitura de mapas. Reitera que não existe nenhuma teoria capaz de compreender o conjunto de seus princípios em sua totalidade.

Segundo Petchenik, ler mapas não consiste apenas na soma de comparações perceptivas simples, de tamanho ou valor simbólico. Mesmo que nos últimos anos, diferentes teorias tenham surgido e influenciado a cartografia, elas ainda não são suficientes para tornar mais eficiente o processo de leitura de mapas.

Em relação aos mapas mentais, a autora afirma que eles não são simplesmente arranjos de mapas cartográficos, vão muito além do que se pode observar através do olhar. São representações integradas de muitos modos, que englobam várias outras

representações e contribuem para a interpretação da realidade circundante.

Em outra direção, a linguística ecossistêmica, segundo Couto (2016), trabalha com a concepção de língua como uma realidade não apenas social ou mental ou apenas biológica à semelhança de outras abordagens linguísticas, mas vê a língua de um ponto de vista holístico, como uma realidade biopsicossocial, cujas facetas se interligam em eventos os mais variados possíveis com prevalência ora do social, ora do mental ora do natural.

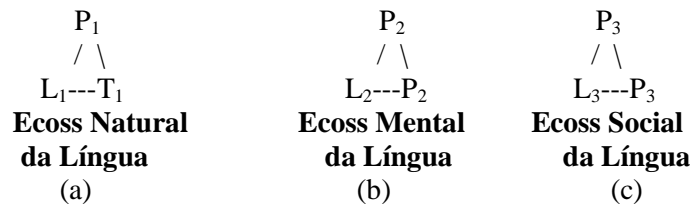


Figura 2

Fonte: Couto (2017)

A Figura 2 ilustra, conforme Couto (2017): o ecossistema natural da língua, o ecossistema mental da língua e o ecossistema social da língua. O lado dinâmico da língua se expande justamente nas interações neurais em que é formada, armazenada e processada, isto é, o cérebro em funcionamento. Couto enfatiza que é o lado que entra a vontade da pessoa (P_2). Ora, nada mais voluntário que o ato de nomear; mais impulsionado pela vontade do nomeador, nada mais específico de P que a nomeação de lugares.

Assim, é possível afirmar que, depois de nomeado, o lugar passa a ser identificado também pelas diferenças que possui em relação àquilo que não é, ou melhor, é diferenciado em face aos demais elementos topográficos, conferindo-lhe existência, passa a existir. Tem um nome porque existe, tornou-se conhecido e é reconhecido como elemento físico ou cultural importante para continuidade de P como um dos milhares de traços que o caracteriza.

No ecossistema mental da língua, há uma parte em que os lugares com os quais P estabeleceu vínculos são projetados como um mapa. Um desenho topográfico que possibilita a P, orientar-se pelos lugares que conhece, pelos lugares que “conviveu”, com os que teve algum tipo de experiência e envolvimento com o mundo. Como o meio ambiente mental de L é considerado L em funcionamento, armazenamento e processamento, significa que nele há também uma projeção de T, como recurso para se orientar e se movimentar pelos lugares conhecidos. Esse recurso se constitui no mapa mental que os membros de P têm na memória,

do território em que vivem, que conhecem ou conheceram. Segundo Couto (2016, p. 207), o mapa mental é “parte do mapa cognitivo mais amplo que temos do mundo”.

Para Arsenijevic (2008, apud COUTO, 2017, p. 218), os mapas cognitivos representam territórios e carregam dois tipos de informação: “o mapa de um território, relacionado a lugares, itinerários entre eles e suas configurações geométricas (dicas espaciais), e descrições de cada um dos lugares em questão”. A outra informação refere-se ao conjunto de relações de um lugar com outros lugares e ainda o conjunto de “propriedades geograficamente relevantes de um lugar”, normalmente essas propriedades são nitidamente configuradas no mapa mental cada um.

Na geografia, o termo “mapa mental”, de acordo com Archela; Gratão; Trostdorf (2004, p. 127), recobre a ideia de que os mapas mentais são “imagens espaciais que as pessoas têm de lugares conhecidos [...]”. As representações espaciais mentais tanto podem ser do espaço cotidiano (os lugares construídos do presente e do passado) como de locais distantes espacialmente, ou representações mentais formadas “a partir de acontecimentos sociais, culturais, históricos e econômicos divulgados nos meios de comunicação”.

A projeção do lugar nos mapas mentais constitui, de certa forma, a capacidade de facilitar a emergência e articulação de novas ideias, possibilita também memorização, reorganização, reconfiguração dos lugares físicos.

Os mapas mentais são representações gráficas que são acionadas, muitas vezes, pelo topônimo que designa o lugar. Constituem uma reconfiguração porque, nele, está representado aquilo que é significativo para cada um, esboçando um desenho que advém das diversas inter-relações estabelecidas e/ou desencadeadas pelo nome do lugar.

Sob essa perspectiva, os mapas mentais aludem ao quinto e sexto princípio preconizado por Deleuze; Guattari (2000, p. 8), o que diferencia rizoma de decalque. Em outras palavras, pode-se tomar o mapa mental como rizoma, porque:

o mapa não reproduz um inconsciente fechado em si mesmo, ele o constrói. Ele contribui para conexão de campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgão, para sua abertura máxima sobre o plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, susceptível de receber modificações.

Para Zourabichvili (2004), o rizoma constitui-se de uma nova imagem do pensamento direcionada a combater a supremacia secular da árvore que desfigura o ato de

pensar. Consensualmente é o conceito mais conhecido e discutido de Deleuze. Ele comporta uma acirrada discussão acerca do pensamento genealógico que prevalece no ocidente de uma maneira geral. É flagrante que as pessoas reflitam sobre qualquer fato buscando uma filiação com o fim de enquadrá-lo em uma genealogia, normalmente vinculada à imagem de árvore. O que Deleuze; Guattari (2000), reconhecem como pensamento arborescente. Em outra direção, os autores propõem o “rizoma” como um sistema em que se pode subtrair o único da multiplicidade a ser constituída, pois o rizoma conecta. Um rizoma não é feito de unidades, mas de dimensões.

E Deleuze; Guattari (2000, p. 8) continuam: “um mapa tem múltiplas entradas”, essas entradas podem ser agenciadas por topônimos, isto é, os topônimos podem ser algumas das múltiplas entradas do mapa mental. Podem ser uma forma de acessá-lo, de atualizá-lo, de reconfigurá-lo.

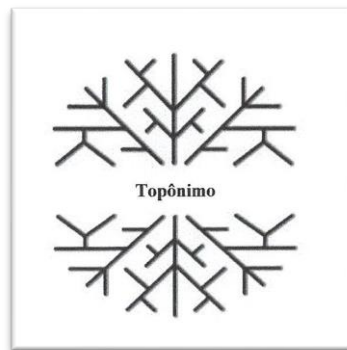


Figura 3. Topônimo como entrada no mapa mental (rizoma).

Por natureza, pode-se pensar que um topônimo expressa um agenciamento com o lugar nomeado, pois o ato de nomeação é um acontecimento nos termos de Deleuze; Guattari (2000). Um topônimo escapa às configurações prévias, ele não pode ser descrito em conceitos arborescentes, porque o nome surge de conexões não binárias entre os vários âmbitos da relação língua, cultura, ambiente, história, geografia. Os mapas mentais são “a-centrados”, pois tomam direções diferentes a cada nova entrada.

Embora as imagens de um lugar possam ser retidas na memória longa, os mapas mentais constituem memória curta, no sentido estabelecido por Deleuze; Guattari (2000, p.11), “A memória curta não é de forma alguma submetida a uma lei de contiguidade ou de

imediatidade em relação a seu objeto; ela pode acontecer à distância, vir ou voltar muito tempodepois, mas sempre em condições d edescontiuidades, de ruptura e de multiplicidade”.

Isso se dá dessa maneira porque os lugares estão sempre sofrendo uma modificação qualquer. Não são estáticos, são dinâmicos sob diferentes pontos de vista. São constituídos de multiplicidade e as multiplicidades, de acordo com Deleuze; Guattari (2000, p. 11) “são linhas, nunca pontos fixos”. Em função disso, os mapas mentais são movediços.

Um topônimo pode ser visto como um rizoma uma vez que conecta um ponto qualquer (lugar) com outros pontos quaisquer e cada um de seus traços (linguísticos) remetem a traços de diferentes índoles que vão por sua vez compor o referente. O topônimo resulta de uma ação que põe em jogo regimes de signos muito diferentes entre si; inclusive “estados de não-signos” que transbordam sobre dimensões sociais, ambientais e mentais. Correlatos dos ecossistemas social, ambiental e mental da linguística de análise ecossistêmica.

Um topônimo se liga a um território (em toponímia, a um lugar), este vínculo é marcado por um fora e um dentro. Considerando Zouorabichvili (2004, p. 23), o território ora é “passivamente percebido como o contorno intocável da experiência (pontos de angústia, de vergonha, de inibição), ora perseguido ativamente como sua linha de fuga, portanto como zona de experiência”.

Antes, em Deleuze; Gatarri (2000 apud Zourabichvili, 2004, p. 24), o território não se distinguia do código, pois era antes de tudo um indício de fixidez e fechamento. Já em “Mil Platôs”, a fixidez não exprime mais que uma relação passiva com o território.

O fato é que nesta obra o conceito de território se tornou distinto: “marca constituinte de um domínio, de uma permanência”, não de um sujeito, o território designa as relações de propriedade ou de apropriação, e concomitantemente de distância, em que consiste toda identificação subjetiva - "um ter mais profundo que o ser" O nome próprio e o eu só assumem sentido em função de um "meu" ou de um "em minha casa" Esse valor de apropriação é solidário de um devir expressivo das qualidades sensíveis, que entram como variações inseparáveis na composição de um ritornelo⁶.

Os territórios são fluidos, podem se expandir, encurtar, abrir-se por outras vias. Todavia, o que deve ser enfatizado é que o mapa mental do território/lugar que se projeta traz linhas, não pontos fixos porque se dilatam, encolhem dada à multiplicidade, sobretudo pelo

⁶ Conceito não explorado neste estudo.

um traço notável ao qual imprime um alcance mais ou menos traduzível por: o que só se divide mudando de natureza.

Por conseguinte, toma-se um mapa, seja hidrográfico ou de extensões urbanas, como um rizoma, principalmente por sua capacidade de expressar as multiplicidades sem ligá-las à unidade; uma vez que se conecta e se expande pelo território, não há começos nem fim. Como rizoma, encontra-se no meio, seja de que ângulo for tomado. São multiplicidades entre as coisas, são inter-ser, intermezzo.

Para Deleuze; Guattari (2000), o termo “multiplicidades” escapa do esquema binário instituído Uno-Múltiplo, porque, entre outras coisas, as singularidades não podem ser pensadas por meio de um determinante definido “o, a, os, as”, mas por determinantes que esmaçam qualquer possibilidade de hierarquizar um dado, de estagná-lo e mais, de tirar do acontecimento o que ele tem de característico: estar sempre em movimento.

Cada dimensão do mapa pode ser uma entrada, que cognitivamente recebe significações por meio dos nomes que as designam. Os topônimos equivalem à multiplicidade de linhas em processo de criação repetido incansavelmente pelas inúmeras vezes em que o mapa é acionado.

Todo mapa já nasce obsoleto (como decalque), tem apenas a função efêmera de servir não de modelo, mas como referência que se tem de um determinado momento recortado. Muitos desses hidrônimos são sazonais, outros tiveram seus cursos desviados, outros ainda estão sofrendo as intempéries do clima, do desmatamento, da ocupação desordenada do bioma (quase inexistente) do cerrado goiano. E ainda pode-se acrescentar que muitos deles sofrem com a incidência de espécies invasoras sejam espécies animais (javali), sejam vegetais, plantio acelerado de eucalipto. Todos esses fatores modificam esse mapa, que surge devasado sem representar exatamente o território mapeado.

Pode, entretanto, ser utilizado sob outros mapas como meio de avaliar os movimentos que ocorreram, as expansões, os encolhimentos. É exatamente isso que se deve ter em mente ao refletir sobre rizomas sob pena de talvez, produzir grades que prendem e detêm as multiplicidades e, em situações extremas, produzir clausuras suficientes para obstruir novos agenciamentos.

Considerações finais

O objetivo deste breve estudo foi, de certo modo, contrapor alguns conceitos que têm traços semânticos que remetem a espaço, lugar, território, rizoma entre outros, a fim de refletir sobre questões que são basilares para o estudo da nomeação dos lugares cujos métodos de pesquisa, até o momento, vêm buscando com maior incidência, um caráter quantitativo que visa sobretudo à categorização o que também remete à uma hierarquização; visa ainda à conceituação que reforça, de certa forma, a crença de que o estudiosos podem se manter neutro face ao objeto de sua pesquisa.

Todos esses conceitos tem sua abordagem privilegiada por essa ou aquela área do conhecimento. A geografia mais preponderantemente, vem elegendo alguns desses termos como conceito fundante de suas abordagens.

Em relação aos estudos toponímicos, o interesse recai mais preponderantemente, sobre o conceito de lugar, mas entendo-o em seus agenciamentos. Assim, a pequena trajetória empreendida neste estudo, fez uma revisão sequencial dos conceitos de espaço, lugar, território, para chegar a algumas questões, que, longe de elucidar o problema, abre outras tantas possibilidade de se discutir a relação lugar, designação toponímica e as dimensões que se podem alçar quando se quer conceituar principalmente o termo “mapa mental”.

Mapas mentais, entendidos como representações gráficas que são acessadas quase sempre por um topônimo. Podem ser vistos como reconfiguração já que, nele, está representado aquilo que é significativo para cada pessoa, esboçando um desenho que advém das diversas inter-relações estabelecidas pelo signo linguístico em função toponímica.

Aqui se conjecturou que um topônimo escapa às configurações prévias, porque sua descrição pode ir além de conceitos arborescentes já que o nome surge de conexões não binárias entre os vários âmbitos da relação língua, cultura, ambiente, história, geografia. Nessa perspectiva, tem-se que os mapas mentais são “a-centrados”, porque acentuam a possibilidade se tomar direções diferentes a cada nova entrada.

Convém ressaltar que as questões discutidas brevemente neste estudo, não exaurem os problemas teóricos ainda pouco explanados, pelo contrário, remetem a inúmeras outras questões que precisam ser estudadas, discutidas e lapidadas teoricamente, para então

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. **ESPAÇOS, LUGARES, TERRITÓRIOS: MULTIPLICIDADES FACE AO MAPA MENTAL E À DESIGNAÇÃO TOPONÍMICA.**

construir novas propostas teóricas cujo método de pesquisa possa pensar no rizoma como abordagem de diversas facetas do objeto de estudo onomástico toponímico. São discussões em nível bastante preliminar que carecem de muita reflexão e contrapontos epistemológicos.

Em outras palavras, longe de exaurirem as discussões sobre espaço, lugar, território, mapa mental, rizoma, o estudo apresenta-se em fase embrionária, muito aquém de oferecer respostas prontas para o problema linguístico que se avizinha desses conceitos, mas com abertura para novas propostas de assunção do problema.

REFERÊNCIAS

- ARCHELA, Rosely; GRATÃO, Lúcia H. B; TROSTDORF, Maria A. S. **O lugar dos mapas mentais na representação do lugar.** Geografia, Londrina, v. 13, n.1, p. 127-141.
- BAUMAN, Zygmunt, **Modernidade líquida.** São Paulo: Zahar, 2001.
- CORRÊA, Roberto. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.
- COUTO, Hildo Honório do. **Mapa mental.** Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, Brasília, v. 03, n. 01, p. 206-227, 2017.
- DEULEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. 2000. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** Vol I. São Paulo: Editora 34, 2000.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira.** São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HARLEY, J.B.; WOODWARD, D. (eds) **The History of Cartography.** Chicago and London: University of Chicago Press, 1987.
- KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria e prática.** São Paulo: Contexto, 2004.
- PETCHENIK, Bárbara Bartz. **Cognição e cartografia.** Geocartografia. n.6, São Paulo:USP, 1995
- SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade.** São Paulo: Paulus, 2007.
- SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. **Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises.** *ReVEL.* Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 191-210. 2011. Disponível em <http://www.revel.inf.br>
- SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. O léxico tupi na nomeação dos lugares goianos nos séculos XVII e XVIII. In: PAULA, Maria Helena de. (Org.) **Língua e Cultura: estudos de léxico em perspectiva.** Goiânia:UFG, 2015. p. 85-104.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. **ESPAÇOS, LUGARES, TERRITÓRIOS: MULTIPLICIDADES FACE AO MAPA MENTAL E À DESIGNAÇÃO TOPONÍMICA.**

STANISKI. Adelita; KUNDLATSCH. Cesar Augusto; PIREHOWSKI. Dariane. **O conceito de lugar e suas diferentes abordagens.** Revista Perspectiva geográfica. UNIOESTE. v n. 9. Paraná, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar.** São Paulo: DIFEL, 1983. – The good life. Madison : University of Wisconsin Press, 1986.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Conexões, 2004.

Recebido em 19/11/2021

Aprovado em 20/12/2021